

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus

produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Realização de campanhas, informativos e divulgação em mídias diversas.	Ação Publicitária realizada	unidade	28	31
Organização, promoção e mobilidade de eventos e viagens governamentais.	Evento realizado	unidade	420	585
Apoio a instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas.	Instituição apoiada	unidade	100	72

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)  
(\*) Dados parciais sujeitos a revisão

### PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 585 eventos diversos, com destaque para: 49 eventos de inauguração; 20 ordens de serviço; 49 solenidades de secretarias e órgãos governamentais; (MAPP'S); 36 campanhas da área da saúde; apoio a 323 eventos culturais e participativos; 92 eventos de promoções de Policiais e Bombeiros Militares e 16 reuniões governamentais;
- Emissão e divulgação de 246 edições do

Diário Oficial do Estado, publicadas com aproximadamente 114.479 matérias de órgãos do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e de interesse de particulares;

- Implantação de uma política de comunicação e de publicidade das ações de todos os órgãos e entidades do Governo do Estado, com o desenvolvimento e implementação de 33 campanhas / ações publicitárias.

# TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Uma das principais finalidades do Governo é garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades. Para tanto, cabe ao Governo se organizar e mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do melhor modelo que alcance os objetivos es-

tratégicos e as metas que tornarão possível o desenvolvimento sustentável.

Estado e Sociedade não devem ser considerados fins em si mesmos, porém organizações sociais postas em prol do desenvolvimento humano, do aumento da liberdade com igual-

dade e da justiça social. Para tanto é preciso fortalecer a participação cidadã, controle interno e o controle social do desenvolvimento como método de gestão, ampliando o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público e por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais.

Atuando nesse sentido, a regulação de serviços públicos no Estado se destaca por sua função social e econômica, admitindo uma posição de equilíbrio do mercado e de medição dos diversos interesses envolvidos que englobam, além do próprio governo, as empresas reguladas e os usuários dos serviços delegados.

O fortalecimento dos aspectos acima men-

cionados também passa pela democratização dos processos de gestão pública, visando aproximar o Governo dos cidadãos, a partir de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública, por meio de mecanismos de participação cidadã e controle social, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação, fórum de interconselhos.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a transparência, controle e participação social promovidos de forma ampla e efetiva. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.
Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência	%	-	-	76,67	75,82	77,00	79,69(1)
Percentual de Implementação das Ações Propostas para Sanar Fragilidades	%	-	-	-	-	7,00	-(2)
Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE	%	-	-	96,19	95,17	92,00	-(2)
Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social	%	-	-	2,95	4,11	4,04	3,44(1)

Fonte: CGE

(1) Valores até outubro/2016.

(2) Os resultados dos indicadores serão apurados após o encerramento do exercício.

O indicador “Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência”, que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com as ferramentas de ouvidoria e de transparência disponibilizadas pela CGE (Sistema de Ouvidoria e Portal da

Transparência), apresentou o resultado de 79,69%, relativamente ao período de janeiro a outubro de 2016, indicando uma tendência de aumento da satisfação em relação aos exercícios anteriores. O índice de satisfação foi impactado positivamente, especialmente pelo

aumento de satisfação com a Ferramenta de Ouvidoria, que cresceu de 80% para 86% em janeiro.

O indicador “Percentual de Implementação das Ações Propostas para Sanar Fragilidades” representa o nível de implementação das ações propostas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual no denominado Plano de Ações para Sanar Fragilidades (PASF), em decorrência das atividades de controle da CGE (auditorias, controle interno preventivo, orientações técnicas, ouvidoria), com a finalidade de sanar fragilidades identificadas pelo Órgão Central de Controle Interno. Em função da não conclusão do ciclo requerido para implementação do PASF (cadastramento de recomendações e de ações propostas, validação, implementação e acompanhamento e monitoramento) durante o exercício de 2016, o resultado desse indicador será aferido em 2017.

O indicador “Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE” representa o nível de regularidade da gestão estadual com base no julgamento do Controle Externo em relação às contas dos gestores estaduais, estando o mesmo relacionado à atuação da CGE, a qual busca zelar pela adequada aplicação dos recursos públicos. O resultado desse indicador será aferido após o encerramento do exercício de 2016.

O indicador “Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social”, que representa o nível de utilização, pelo cidadão, das ferramentas de transparência e de participação social disponibilizadas pela CGE (Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência), apresentou o re-

sultado de 3,44%, relativamente ao período de janeiro a outubro de 2016, indicando uma tendência de aumento da satisfação em relação aos exercícios anteriores, considerando que se projeta um resultado de 4,13% no encerramento do exercício.

### **PROGRAMAS TEMÁTICOS: TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Regulação dos Serviços Públicos Delegados; Auditoria Governamental; Controladoria Governamental; e Participação e Controle Social. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 8,14 milhões.

#### **PROGRAMA 026 – REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS**

O Programa tem como objetivo principal promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários, tendo como público-alvo o poder concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, usuários dos serviços públicos delegados e sociedade.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Assistência técnica e estudos regulatórios do serviço de saneamento básico.	Estudo elaborado	unidade	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(\*) Dados parciais sujeitos a revisão

## PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de um estudo sobre os modelos de regulação da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos como desdobramento da Lei Estadual de Resíduos Sólidos, em cumprimento à Política Estadual de Saneamento Básico.

- Retomada das fiscalizações no setor de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, tendo sido concluídas as fiscalizações sobre a venda casada de seguros pelas operadoras e, ainda, a concessão de gratuidades de idosos e outros beneficiários.

- Realização de 36 fiscalizações de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Juazeiro do Norte, Baturité, Aratuba, Groáiras, Aquiraz, Apuiarés, Chorozinho, Palmácia, Penaforte, Porteiras, Eusébio, Barreira, Acarape, Várzea Alegre, Tianguá, Tejuçuoca, Paramoti, Tarrafas, Catarina, Frecheirinha, Mucambo, Moraújo, Coreaú, Ipaumirim, Aracati, Fortim, Itaiçaba, Catunda, Monsenhor Tabosa, Itapiúna, Mulungu, Guarimiranga, Tamboril, Independência, Ubajara e Ibiapina.

- Realização de 29 fiscalizações no serviço de geração de energia elétrica, uma fiscalização de indicadores de teleatendimento no serviço de distribuição de energia elétrica (Região Estado do Ceará) e duas fiscalizações do serviço de distribuição de gás canalizado.

- Atendimento de 402 usuários no seu serviço de Ouvidoria, tratando de reclamações, consultas, denúncias, sugestões/críticas/elogios e pedidos de informações relacionados aos serviços públicos regulados em todas as regiões do Estado.

- Adoção de nova metodologia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) referente à delegação de atividades às agências reguladoras estaduais no setor de energia elétrica, pela qual os sistemas de informações das concessionárias passaram a ser o objeto principal de atuação, ficando a atividade regulatória concentrada no monitoramento de dados e análise de procedimentos específicos dos serviços.

- Revisão dos critérios aplicáveis à tarifação dos serviços de abastecimento de água para se adequar ao cenário de contingenciamento em situações críticas de escassez ou de contaminação de recursos hídricos.

- Acompanhamento sobre o atendimento de pedidos de novas ligações e de aumento de carga de consumidores de energia elétrica, visando a regularização dos prazos de atendimento pela concessionária.

## PROGRAMA 047 – AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo principal assegurar a adequada aplicação dos recursos

públicos e a oferta de serviços públicos com qualidade, tendo como público-alvo órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e TCE.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 <sup>(*)</sup>
Aperfeiçoamento de métodos em auditoria governamental e qualificação dos servidores.	Capacitação realizada	unidade	1	4

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(\*) Dados parciais sujeitos a revisão

### PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 95 atividades de auditoria de regularidade de Contas de Gestão de 2015 à distância, sendo 27 referentes às unidades sorteadas e 68 relativas à verificação de composição processual;

- Realização de três atividades de auditorias especializadas em Obras Públicas;

- Elaboração e disponibilização do Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia, em parceria com a Seinfra e o DAE, que consiste em instrumento orientador a todos os atores do processo de obras de edificações públicas;

- Realização de duas atividades de Auditoria Especial de Apuração de Denúncias;

- Realização de uma atividade de auditoria técnica de indicadores no âmbito da operação PforR;

- Realização de duas atividades de auditoria em projetos financiados pelo Banco Mundial (PforR e São José 3), cujo beneficiário/executor é o Tribunal de Contas do Estado;

- Realização de 150 atividades de auditoria de instrução de Tomadas de Contas Especiais;

- Realização quatro capacitações em Auditoria Governamental, sendo dois Cursos de Execução e Fiscalização de Obras de Pavimentação (Rodoviária e Urbana), com execução de auditoria piloto; um Treinamento em Serviço sobre Auditoria Técnica de Indicadores por meio da consultoria contratada no âmbito da operação PforR; e um Curso de Formação para Auditores Internos.

### PROGRAMA 048 – CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo principal elevar o nível de eficiência e de racionalização na utilização dos recursos para a prestação dos serviços públicos e indicar medidas para prevenir a reincidência de ocorrências constatadas quando da realização de atividades por parte do órgão central de controle interno, tendo como público-alvo COGERF, Governador, Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e TCE-CE.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Aperfeiçoamento de métodos em controladoria governamental e qualificação dos servidores.	Capacitação realizada	unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(\*) Dados parciais sujeitos a revisão

**PRINCIPAIS REALIZAÇÕES**

- Implantação do Controle Interno Preventivo no âmbito do processo de transferência de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres com funcionamento do Cadastro Geral de Parceiros, do banco de dados único dos fornecedores de bens e serviços dos convenentes, bem como da mão de obra contratada pelos convenentes, além do acompanhamento de todo o processo de forma eletrônica;
- Elaboração de proposta de regulamentação da Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre as novas regras para a realização de parcerias entre o Estado e Organizações da Sociedade Civil (OSC);
- Implantação do Observatório da Despesa Pública do Estado do Ceará (ODP.Ceará), em parceria com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU);
- Elaboração de estudo relacionado às aquisições do Poder Executivo do Estado do Ceará a partir do cruzamento de informações dos sistemas corporativos do Estado do Ceará, bem como de dados fornecidos pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, no âmbito do ODP Ceará;
- Realização de capacitação na Metodologia de Trabalho do Observatório da Despesa

Pública (ODP), proporcionado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU); e, em Gestão por Processo para 30 servidores;

- Elaboração e disponibilização da Cartilha do Conselheiro Fiscal, que orienta as atividades dos membros de Conselhos Fiscais que atuam nas Organizações Sociais do Estado do Ceará, contribuindo para uma atuação técnica padronizada;
- Realização do X Encontro Estadual de Controle Interno, com o tema “Controle Interno: responsabilidade de todos”;
- Realização da XXXVIII edição do Fórum Permanente de Controle Interno, com o tema Parcerias com Organizações da Sociedade Civil;
- Realização de capacitação para 21 turmas de servidores responsáveis pelo processo de transferências de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres, com utilização do Siconv-CE.

**PROGRAMA 049 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL**

O Programa tem como objetivo principal promover o exercício do direito à cidadania e a transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual tendo como público-alvo a sociedade cearense.

## PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implementação de melhorias nas ferramentas informatizadas de relacionamento com a sociedade, permitindo a obtenção de nota máxima em avaliação do Portal da Transparência e dos serviços de transparência prestados pelo Governo do Estado do Ceará, por parte do Ministério Público Federal, que considerou aspectos legais e boas práticas de transparência, com base em questionário elaborado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA);
- Registro de 258.922 acessos ao Portal da Transparência, até novembro de 2016, e alcance de aproximadamente 1,1 milhão de acessos desde sua implementação;
- Realização de Seminário de Abertura e Oficina do Plano de Trabalho do Projeto Sistema Público de Relacionamento com o cidadão do Ceará, com a participação de gestores públicos, acadêmicos e pesquisadores, jornalistas e membros da sociedade civil, visando debater e coletar informações sobre os atuais sistemas de controle social do Estado, como etapa de execução do referido projeto, no âmbito do PforR;
- Realização de cinco palestras de sensibilização para o exercício do Controle Social para os alunos de nível médio da Rede Pública de Ensino, nos municípios de Beberibe, Horizonte, Maracanaú e Maranguape;
- Realização de 6 reuniões com a Rede de Fomento ao Controle Social, abordando temas relativos à atuação dos Ouvidores Setoriais e responsáveis pelo Serviço de Informação ao Cidadão junto à sociedade;
- Realização de capacitação para 10 turmas de servidores da Rede de Fomento ao Controle Social sobre Ouvidoria e Acesso à Informação;
- Realização de capacitação para 2 turmas em Gestão da Ética Pública, destinadas aos servidores indicados para composição dos Comitês Setoriais de Ética Pública nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- Registro de 42.500 manifestações no Sistema de Ouvidoria, com índice de respostas encaminhadas ao cidadão superior a 99% relativamente às manifestações procedentes;
- Registro de 26.420 solicitações de informações, com índice de atendimento superior a 99%;
- Emissão de 73 pareceres técnicos pelo Grupo Técnico de Apoio ao Comitê Gestor de Acesso à Informação – GTA/CGAI.